

# Revista do **SESCON** RS

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

ANO X | Nº 72/21 | JUNHO DE 2015

ENTREVISTA  
Ater Carlos  
Cristofoli  
PÁG. 6

Empresas buscam  
maior eficiência  
e produtividade

PÁG. 8



## O alto custo da terceirização

PÁG. 12



# DOMÍNIO WEB, LEVE O SEU ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE PARA ONDE VOCÊ ESTIVER

Acesse o sistema de seu escritório de onde estiver, a qualquer momento, com o serviço de armazenamento em nuvem Domínio Web e aumente o desempenho da sua empresa. O sistema permite que você tenha praticidade durante uma consultoria externa. Para acessar as soluções Domínio, basta conectar-se à internet. Domínio Web, desenvolvido para facilitar o seu dia a dia.

Conheça mais sobre o Domínio Web em:

**[www.dominiosistemas.com.br](http://www.dominiosistemas.com.br)**

Informações comerciais: 0800 645 4004

DOMÍNIO



THOMSON REUTERS

# Prezado leitor

Os debates sobre o Projeto de Terceirização – PL 4.330 – possui o enfrentamento de dois polos distintos: de um lado as empresas de atuam com mão-de-obra intensiva; e do outro, as centrais sindicais e trabalhadores. Diferente da posição de ambos, o SESCON-RS é a favor do setor de serviços em geral, das empresas que atuam nas atividades meio dos seus clientes e contratantes. Como o projeto está focado nas empresas de cessão de mão-de-obra, que poderão exercer atividades fins de quem a contrata, nossa entidade teme prejuízos ao setor por conta das obrigações e exigências do projeto de lei que está agora no Senado. O tema é nossa matéria de capa.

Em nossa Entrevista Especial, o presidente do Observatório Brasil fala sobre as ações da entidade que atua na fiscalização das licitações em nível municipal, com resultados importantes para toda sociedade. A gestão financeira e de RH também estão em nossa pauta, temas do nosso dia-dia neste período mais severo da nossa economia. Outra reportagem em destaque é sobre a merecida aposentadoria, que é bem mais ativa e com novos projetos pessoais.

O artigo técnico sobre a questão de impostos é de autoria do presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, um assunto que merece nossa acolhida e compartilhamento para todas as empresas de serviços. Temos ainda o Ponto de Vista do economista Darcy Santos que escreve sobre a atual situação de caixa do RS.

FOTO: GUILI BOLFONI



**DIOGO CHAMUN**  
PRESIDENTE

3	PALAVRA DO PRESIDENTE
4	PANORAMA
6	ENTREVISTA
8	GESTÃO
10	GERAL
12	CAPA



16	ARTIGO
18	AÇÕES SESCON-RS
20	ACONTECEU
22	PONTO DE VISTA

# Para sua empresa resultados, contrate

**C**oaching tem sua origem no esporte, onde um *coach* (técnico) ajuda um atleta a obter um rendimento cada vez melhor. É com este mesmo conceito que o *Coaching Business* é amplamente utilizado pelas empresas que desejam alcançar resultados e buscar a liderança no mercado em que atuam.

Sua empresa conhece seus pontos fortes e fracos? E suas lideranças possuem autoconhecimento e autogestão para dar conta das metas e dos resultados que fazem parte das modernas organizações? Se você ficou com essas interrogações sem encontrar respostas objetivas aos questionamentos, um

dos caminhos a ser adotado pode ser o Coaching Empresarial, que é um processo altamente eficaz e visa ao desenvolvimento de competências comportamentais de suas lideranças, direcionadas à conquista e ao alcance de resultados planejados pela organização.

Para Sílvio Júnior, Master Coach da GAP Coaching e integrante do Instituto Brasileiro de Coaching – IBC –, “o primeiro passo no coaching empresarial é o treinamento de habili-

FOTO: OFFICE PRESS



**SÍLVIO JÚNIOR**

dades e capacidades das lideranças, identificando seus pontos fortes, quais os pontos de melhorias, quais são as deficiências. Antes de tudo, porém, é importante conhecer a cultura da empresa, sua missão e valores, pois o coaching irá atuar a partir da estratégia definida com a alta administração e

desenvolvida como um processo sistêmico, que busca alinhar os valores da organização, sua missão e quais os objetivos a serem alcançados”, disse Júnior.

## 7 DICAS PARA TER UMA EMPRESA BEM-SUCEDIDA

A maioria dos donos de negócio tem uma busca contínua pelo sucesso empresarial, mas não são todos que se dispõem a fazer aquilo que é necessário para que este sucesso ocorra. Em função de inúmeras interferências externas, o empresário nem sempre consegue se focar nas atividades que realmente irão impactar os resultados do seu negócio.

Existem duas formas de trabalhar diariamente em uma empresa: operacionalmente ou estrategicamente. Boa parte dos micro e pequenos empresários está demasiadamente envolvida com questões operacionais, esquecendo de dar a devida atenção às áreas-chave de gestão do negócio. A seguir, estão 7 dicas empresariais que podem impactar no crescimento de uma empresa:

**1)** Tenha claramente definido metas de curto, médio e longo prazo, tanto empresariais como pessoais; alguns empresários não têm clareza onde querem chegar.

**2)** Concentre-se nas atividades estratégicas de seu negócio e não somente nas atividades operacionais; os resultados a médio e longo prazo dependem muito mais das atividades estratégicas.

**3)** Realize um planejamento trimestral na sua empresa, sobre as questões que precisam ser priorizadas naquele período, e compartilhe as ações com sua equipe.

**4)** Tenha o controle dos indicadores-chave de desempenho de sua empresa. Isso facilitará as tomadas de decisões. Diariamente, diversos

empresários tomam decisões importantes com pouca informação confiável à mão, isso compromete a assertividade de suas decisões.

**5)** Tenha uma avaliação de desempenho junto a seus colaboradores, isso ajudará a mantê-los no foco e a mensurar o desempenho de cada um.

**6)** Crie procedimentos e rotinas para que sua empresa funcione adequadamente mesmo quando você não está presente.

**7)** Controle sistematicamente as finanças da empresa, criando orçamentos de gastos e separando as finanças pessoais das empresariais.

**Fonte:** Vinícius Carvalho, da Action Coach Business Coaching

# crescer e obter ótimos um treinador

O exemplo prático das ferramentas de coaching empresarial foi adotado há três anos pela Unicred, que definiu como sua principal estratégia o desenvolvimento de lideranças em nível gerencial das 11 cooperativas que integram o sistema no RS, além da participação de gestores da própria administração central.

De acordo com a Gerente da Gestão de Pessoas da Unicred Central-RS, Juciani Gonçalves, "o coaching foi um instru-

mento importante para o desenvolvimento de nossas lideranças, desde o processo de autoavaliação dos 'gaps' para serem superados pelos gestores, como também em definir um norte e objetivos estratégicos para a organização". A experiência foi tão bem aceita que, entre os bons

FOTO: OFFICE PRESS



JUCIANI GONÇALVES

resultados já colhidos, houve a criação da Academia de Líderes neste ano, com a formação de cinco diferentes tipos de liderança que atuam em várias áreas da empresa. O programa de formação terá a duração de dois anos, devendo atender a mais de 100 colaboradores em todo o Estado.

\*Valor da parcela correspondente a 12 créditos da Graduação em Logística, mediante apresentação do cartão Sesc/Senac no ato da matrícula.

[f /senacrsocial](https://www.facebook.com/senacrsocial)
[@senacrs](https://www.instagram.com/senacrs)
[@senac\\_rs](https://www.instagram.com/senac_rs)

QUER  
CRESCER?  
 VEM  
PRA CÁ.

Vestibular  
**senac**

Cursos Superiores

- Bacharelado em Administração
- **Bacharelado em Ciências Contábeis** NOVO
- Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Comércio Exterior
- Design de Moda
- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão Financeira
- Hotelaria
- Logística
- Marketing
- Produção Multimídia
- Redes de Computadores

Inscrições: [senacrs.com.br/vestibular](https://senacrs.com.br/vestibular)

Mensalidades a partir de R\$ 275,86\*

Visite a Faculdade Senac e converse com a Karime. Ela vai apresentar a unidade e, no fim, você vai ganhar uma surpresa especial.

20%

de desconto para  
comerciários

Faculdade Senac Porto Alegre

Rua Coronel Genuíno, 130 e 358

Fone: (51) 3022.1044

ATER CARLOS CRISTOFOLI, PRESIDENTE DO OSB

# De olho na **GESTÃO** maus feitos

Com objetivo de combater, na raiz, a corrupção nos processos licitatórios municipais, o Observatório Social do Brasil colocou em prática o que costuma ficar só no discurso: fiscalizar os agentes públicos. Diferente dos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas, a entidade atua diretamente no exame das licitações, avaliando o caso concreto e interferindo nos processos, quando se faz necessário. “Somos uma consultoria gratuita que os cidadãos oferecem para o prefeito” diz o presidente do OSB, Ater Carlos Cristofoli.

FOTO: ASCOM/OBSERVATÓRIO BRASIL



**ATER CARLOS CRISTOFOLI**

**Quando e onde partiu a iniciativa da criação do Observatório Social do Brasil?**

O Observatório Social do Brasil surgiu em 2008. Iniciou por cinco cidades paranaenses (Campo Mourão, Francisco Beltrão, Goioerê, Cascavel e Toledo) a partir de um escândalo de corrupção em Maringá-PR.

**E qual foi a motivação e ponto de partida das ações propostas?**

A sociedade já vinha indignada com os escândalos de corrupção que ganhavam destaque recorrente. O dinheiro desviado dificilmente retornava

aos cofres públicos. Municípios e representantes de entidades da sociedade civil organizada entenderam que era preciso fazer algo voltado para a prevenção, não para o combate à corrupção, afinal, é muito mais difícil correr atrás do que já aconteceu, do dinheiro que já foi desviado ou mal aplicado, que evitar que o desvio aconteça. Constatou-se que boa parte do que era gasto indevidamente ou desviado nas prefeituras estava atrelado a processos de licitação com várias incoerências.

**Por que se definiu os municípios/cidades como objetivo das ações de monitoramento das licitações?**

Porque é onde o cidadão mora e pode acompanhar de perto como acontece a aplicação dos recursos gerados pelos seus impostos. Além disso percebemos que a atuação “de baixo para cima”, começando pelos municípios, estava muito mais próxima das possibilidades considerando os recursos disponíveis e a complexidade do trabalho. O acompanhamento de processos em nível estadual ou federal demandaria uma estrutura e um envolvimento muito maior, sem tanta garantia de efetividade. Soma-se a isso e eficiência da metodologia e o foco de atuação adotados.

# PÚBLICA e nos das LICITAÇÕES

**Desde sua fundação, qual é o atual tamanho da rede e de participantes voluntários? Quais as regiões que possuem o OSB?**

A rede cresce ano a ano. Das cinco cidades que aderiram ao projeto, hoje existem mais de 100 unidades do observatório social em 18 estados brasileiros. Outras 29 cidades já se candidatam e o número de voluntários também cresce gradativamente. Atualmente são mais de 2000, entre empresários, contadores, advogados, aposentados, donas de casa, estudantes, etc. Essa atuação voluntária colaborou com uma economia de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos nos últimos 3 anos.

**O OSB, além de monitorar, as vezes intervém nos processos de licitação. Como os órgãos públicos reagem a esta vigilância externa?**

Quando são encontradas inconsistências do ponto de vista legal, de processo ou de valor, o prefeito é notificado para proceder à correção e, apenas em caso de omissão e negligência, é acionada a câmara de vereadores ou os órgãos controladores competentes. E quando o gestor municipal é bem intencionado, vê com bons olhos a atuação do observatório social: é uma consultoria gratuita que os cidadãos oferecem para o prefeito.

**Com o advento do processo Lava jato, em relação às empreiteiras que atuavam em obras do Governo Federal e Petrobrás, qual é a agenda positiva do OSB, mesmo que em nível municipal, para que os processos licitatórios sejam transparentes e seguro para ambas as partes – quem participa e**

**para quem é tomador dos serviços e produtos?**

Em termos de ações práticas, como sempre procuramos enfatizar, o OSB busca disseminar uma postura preventiva e não combativa ou punitiva à corrupção. Quando divulgamos, gratuitamente, os editais de licitação para o maior número de empresas, fomentamos a concorrência e fazemos a “oxigenação” do processo, criando condições para que a prefeitura compre melhor e mais barato e evitando a possibilidade de favorecimentos, conluios e propinas. Ainda, em parceria com entidades empresariais e o Sebrae, fomentamos a participação das empresas da cidade, fazendo com que os recursos da prefeitura permaneçam circulando no comércio local. E com a atuação do observatório social as empresas se sentem mais seguras quanto à lisura do processo de compras nas prefeituras.

**Para finalizar, o Brasil sempre foi sinônimo de um país de futuro. E qual é este futuro na visão institucional do OSB para o país?**

Com os resultados alcançados pela Rede OSB em termos de economia

para os cofres municipais e de criação de ferramentas para a eficiência da gestão pública, percebemos que é possível oferecer melhor retorno dos impostos pagos pela população. Sabemos que é um trabalho de longo prazo, mas que dá resultados! Mais cidades e cidadãos

---

Sabemos que é um trabalho de longo prazo, mas que dá resultados! Mais cidades e cidadãos estão se engajando nesse trabalho de cidadania. Uma nova cultura de respeito e bom uso do dinheiro e do patrimônio público é possível. Não basta indignar-se, é preciso atitude! O protagonismo da sociedade pode mudar o Brasil.

---

estão se engajando nesse trabalho de cidadania. Uma nova cultura de respeito e bom uso do dinheiro e do patrimônio público é possível. Não basta indignar-se, é preciso atitude! O protagonismo da sociedade pode mudar o Brasil. Com os resultados alcançados pela Rede OSB em termos de economia para os cofres municipais e de criação de ferramentas para a eficiência da

gestão pública, percebemos que é possível oferecer melhor retorno dos impostos pagos pela população. Sabemos que é um trabalho de longo prazo, mas que dá resultados! Mais cidades e cidadãos estão se engajando nesse trabalho de cidadania. Uma nova cultura de respeito e bom uso do dinheiro e do patrimônio público é possível. Não basta indignar-se, é preciso atitude! O protagonismo da sociedade pode mudar o Brasil.

# Em época de receitas buscam maior eficiência

O país está vivendo um período de paralisia econômica, com prejuízo para todos os setores produtivos. Na área de Serviços, não é diferente, e as empresas enfrentam os desafios com ações que visem racionalizar seus custos e garantir aumento de produtividade.

Racionalizar e aumentar a produtividade, essas são as duas estratégias apresentadas pelo diretor da Planilife Seguros e Previdência, Ricardo Rezende, para enfrentar o atual momento de crise econômica que afeta todos os setores produtivos do país: “Para nós, que atuamos na prestação de serviços, a racionalização dos custos é fundamental para a manutenção dos negócios”, disse Rezende, ao apontar ações determinantes para a gestão de caixa da empresa. Segundo o empresário, “além de garantir maior eficiência em todo o processo, é importante priorizar as ações que visem às receitas e aos créditos obtidos pelo desempenho de sua área comercial”. Em tempos de receitas menores, orçamentos limitados, as empresas estão com um olho no fluxo diário de caixa e o outro nas vendas e no aumento de receitas. Com a diminuição da capacidade financeira das empresas, os planos orçamentários passaram por reavaliações, conforme a necessidade de adequação em relação ao fluxo de caixa. “Na Planilife, algumas medidas já se incorporaram no dia a dia da administração, como o provisionamento do que se pode gastar, levando em conta os créditos realizados. Além disso, as ações de economia no dia a dia, como o menor consumo de energia, material de expediente e gastos com telefonia, podem significar uma parcela positiva em relação ao custeio da operação”, afirmou Rezende. Muito embora o mercado, como um todo, esteja em ritmo lento e de poucos negócios, “é essencial focar os esforços na área comercial, com aumento de produtividade e maior empenho por parte de toda equipe, pois, mesmo com a lição de casa em enxugar custos



FOTO: OFFICE PRESS

## RICARDO REZENDE

e fazer a melhor gestão de caixa, não permite superar o atual momento de estagnação econômica. Por isso, toda a nossa energia deve estar com o foco no comercial”, concluiu o empresário.

## RH

Os verbos enxugar e racionalizar também afetam os recursos humanos das empresas, pois nem sempre é possível manter postos de trabalho quando as receitas não suprem a capacidade econômica da empresa. E como a crise não escolhe setor, cargos nem funções, o mercado de seleção e recrutamento de pessoal vive momentos diferentes de anos anteriores: “Se antes tínhamos ofertas de vagas em abundância, agora vivemos outra realidade, com vagas mais disputadas e com critérios mais exigentes dos empregadores”, avaliou Cristina Papaléo, diretora da Personalli-

# enxutas, empresas ência e produtividade

zze, empresa de seleção e avaliação de candidatos a vagas de emprego. De acordo com a consultora de RH, “o cenário de empregos deverá ter um aquecimento no segundo semestre, após um período de demissões e readequações internas nas empresas por conta do atual ambiente econômico do país”. Apesar da oferta de vagas ter diminuído, a questão de qualificação profissional tem sido a mesma preocupação das empresas, porém com novas exigências: existe hoje um critério bem mais refinado no momento da seleção, considerando-se uma avaliação de competências. “As empresas desejam contratar com o pensamento no futuro. Assim, um supervisor poderá, mais na frente, assumir uma gerência. Com isso, o processo de avaliação de competências é bem mais amplo e exige mais tempo de seleção”, finalizou o especialista em RH.

FOTO: OFFICE PRESS



**CRISTINA PAPALÉO**

## MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE CUSTOS

Um programa formal de redução de custos do Instituto de Estudos Financeiros é a ferramenta clássica usada pelas empresas para obter competitividade em custos. Em um programa típico de redução de custos, são estabelecidas metas e responsabilidades. Mesmo sem um programa de redução de custos oficialmente estabelecido, as empresas podem obter resultados expressivos com a adoção de medidas isoladas de redução de custos, como as listadas a seguir.

### 1. BUSCAR SUGESTÕES DOS EMPREGADOS

É uma opção barata para redução de custos e que costuma produzir resultados excelentes. Os melhores são obtidos quando os pedidos de sugestões são orientados para objetivos determinados (por exemplo, redução de consumo de água, energia elétrica, material de escritório, etc.).

### 2. RENEGOCIAR CONTRATOS

Esta medida baseia-se na utilização do poder de barganha de que dispõe o contratante. Quando bem conduzida, a renegociação de contratos pode trazer significativas reduções de custo.

### 3. REDUZIR DESPESAS FINANCEIRAS

A forma mais eficiente de redução de despesas financeiras é a diminuição do estoque da dívida,

o que, obviamente, só pode ser feito quando há suficiente geração de caixa. A substituição de dívidas mais caras (geralmente contratadas há mais tempo) por outras mais baratas é também uma forma de redução das despesas financeiras.

### 4. MUDAR O REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Quando a empresa pode escolher o regime de tributação, a mudança do mesmo pode trazer economia fiscal. O caso mais comum é quando uma empresa tributada pelo sistema de lucro presumido sofre uma queda acentuada em sua rentabilidade. A troca para o regime de tributação pelo lucro real poderá propiciar redução do imposto de renda e contribuição social para as empresas e, em alguns casos, também poderá trazer redução na COFINS e no PIS. A mudança requer criterioso planejamento do resultado da empresa no ano para que possa ser estimado o valor da economia fiscal, levando-se em consideração todos os tributos envolvidos.

### 5. AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA

Entre as soluções de economia de custos, quando a empresa é locatária de sua estrutura física, é uma avaliação de novos espaços, sem prejuízo dos negócios, para uma nova área de menor custo de aluguel.

# Aposentado sim, vitalidade e pr

Aos 30 e 35 anos de trabalho, mulheres e homens já estão aptos para a aposentadoria do INSS. Mas com um futuro pela frente, diante da maior qualidade de vida e de longevidade, a opção de se manter em atividade é bem mais comum entre os brasileiros.

A aposentadoria não é mais sinônimo de ociosidade para milhares de brasileiros, em particular de empresários e executivos. Com a longevidade e qualidade de vida das pessoas, a maior parte dos aposentados chega aos 60 anos com muita vitalidade e um notório saber de suas experiências profissionais ao longo da vida. E uma vida limitada a uma aposentadoria oficial do INSS é tudo o que não desejam pessoas como Teófilo Newton Mattos, que, no decorrer da vida, atuou como executivo na área de finanças e de gestão de negócios. “Não dá para deixarmos de sermos produtivos ou viver apenas da aposentadoria do INSS”, diz Mattos, com 65 anos, que é um inveterado ciclista de competições da categoria Mountain Bike, além de percorrer trilhas de até mil quilômetros, como recentemente realizou nos Estados Unidos.

Com uma carreira de sucesso iniciada no Banco lochpe e passagem pela Pizza Hut, onde também desenvolveu conhecimentos na área de serviços, o executivo se especializou no segmento de cartões de crédito. “Neste segmento, atuei na Herval Financeira e na Topázio Cartões, entre outras importantes experiências na área de finanças”, comentou. O desenho de um futuro com qualidade de vida, aliado ao ciclismo – esporte que pratica desde a infância – fizeram com que Téó, como é conhecido pelo grupo de pedal, definisse a estratégia de saída do dia a dia do trabalho para um novo momento profissional, já na condição de aposentado pelo INSS.

“Busquei apoio em um profissional de coaching e, após algumas sessões de atividades e de muitas leituras com foco no objetivo traçado, decidi voltar

FOTO: SEBRAE NACIONAL



**LUIZ EDUARDO PEREIRA  
BARRETTO FILHO**

aos estudos, desta vez em um curso de formação de Conselheiros profissionais no IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).” O planejamento futuro para as empresas faz parte da vida de Mattos não só no campo profissional, como podemos observar no projeto São Francisco - Los Angeles, um percurso de quase mil quilômetros vencido em 11 etapas em cima de uma bike.

## EMPREENDEDORISMO

Outra realidade encontrada entre os aposentados é a decisão de partir para um novo projeto de vida. De

# mas com muita objetos de vida

acordo com a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), elaborada pelo Sebrae em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), do total de empreendedores que abriram uma empresa nos últimos três anos, cerca de 7% têm mais de 55 anos. Essa faixa etária ainda está longe de ser maioria no universo de 9,2 milhões de micro e pequenas empresas no Brasil. Mas esses donos de pequenos negócios têm provado que o empreendedorismo pode ser uma opção de vida para quem chega à aposentadoria. A pesquisa GEM também demonstra que 74% dos empreendedores com mais de 55 anos abrem a sua empresa por oportunidade e não por necessidade. Essa porcentagem é superior à média geral das demais empresas, que é de 71%.

“Essa motivação faz do novo negócio um empreendimento mais qualificado, com uma gestão mais organizada e competitiva e, conseqüentemente, com mais chances de sobrevivência”, afirma o presidente do Sebrae, Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho. O dirigente destaca também que uma das vantagens de se empreender a partir da aposentadoria está na possibilidade do empresário poder se dedicar a uma atividade de que realmente goste. “A maioria dos aposentados busca se sentir útil e vê o negócio próprio como um complemento de vida. Portanto, ele não sente a pressão e ansiedade pela qual os mais novos passam”, afirma.

## Planejamento e qualidade de vida

*“Neste período fui consolidando a tomada de consciência em relação à minha real necessidade de cuidar da saúde, a longevidade é uma conquista. Praticando ciclismo, exercícios físicos, boa alimentação, procurando dormir bem, trabalhando a redução do estresse com terapia periódica, além de avaliações médicas preventivas, anualmente. Nos últimos 15 anos, trabalhei preocupado com a carreira profissional, gerenciando basicamente duas instituições financeiras. Nessa época, iniciei a construir a futura aposentadoria fixando objetivos financeiros.*

*Nos últimos 10 anos, trabalhei na formação de reservas financeiras, favorecido devido aos meus filhos, que se tornaram independentes e vivendo as suas próprias vidas. A principal ferramenta de gestão que utilizei foi o orçamento de caixa pessoal mensal, com avaliações periódicas.*

*Próximo de atingir os 65 anos, decidi que não estava mais disposto a pagar o preço de ser executivo num mercado extremamente competitivo e, por outro lado, já tinha conseguido construir importante reserva financeira, sem qualquer dívida. Cheguei a um bom acordo com o Presidente da Organização, saí para viver novos momentos, deixando o trabalho de executivo e, aos 65 anos, solicitei, também, a minha aposentadoria no INSS.*

*Estive algum tempo viajando pela China, Coreia, Hong Kong, Dubai e EUA, inclusive acompanhando empresários varejistas do nosso estado*



## SONHO REALIZADO: TRILHA NOS EUA

*na China, onde a pauta principal era conhecer os caminhos utilizados às importações de produtos pelas empresas brasileiras. Naturalmente, o foco foi atualização e agregar novos conhecimentos para as minhas futuras atividades.*

*Considerando o processo de re-direcionamento dos meus interesses profissionais e buscando o entendimento das possíveis alternativas estratégicas às empresas brasileiras, dirigi-me também para a formação de Conselheiro de Administração, qualificação concluída no IBGC, em São Paulo.”*

**Teófilo Newton Mattos**

# Projeto de é omissivo sobre

■ POR GUTO MOISÉS

OBJETO  
PRINCIPAL DO  
PROJETO DE LEI  
4.330 É PARA  
ATENDER A  
EXECUÇÃO DE  
ATIVIDADES FINIS  
DAS EMPRESAS  
CONTRATANTES  
E DAS  
GARANTIAS  
LEGAIS NAS  
RELAÇÕES DE  
TRABALHO

**E**stá nas mãos dos deputados e senadores um projeto de lei que poderá levar o setor de serviços a um colapso jurídico e burocrático, além de representar aumento de custos para as empresas tomadoras serviços profissionais, como são, em grande maioria, representados pelo SESCOB-RS. Trata-se do Projeto de Lei 4.330, que ficou 11 anos engavetado e que está agora em discussão sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

Para Diogo Chamun, presidente da entidade que representa cerca de 144 diferentes atividades de serviços no Estado, “o projeto não faz a distinção entre a prestação de serviços, com cessão de mão-de-obra intensiva, das contratações da atividade meio, como são, por exemplo, as assessorias contábeis, jurídicas, de auditoria, de suporte de informática entre tantos outros serviços que atendem as atividades meio de seus clientes”. Segundo Chamun, “o projeto de lei dá o mesmo tratamento jurídico para as duas espécies de serviços, o que merece ser revisado antes da sua promulgação”.

O texto legislativo em debate traz como papel central a definição da prestação de serviço na atividade fim das empresas contratantes, uma preocupação constante da indústria em geral e na construção civil, em particular. E também visa atender o segmento de mão-de-obra intensiva, como é o



# Terceirização atividades meio



caso das empresas que atuam na contratação e administração de trabalhadores para atender seus clientes, como é o caso de empresas de call centers e de serviços temporários entre outras formas de subcontratação de pessoal.

A preocupação do legislador se fixou em dois pontos principais: na regulamentação da terceirização para a atividade fim e nas garantias jurídicas, tanto para as empresas contratantes como para os trabalhadores. Desta forma explica o artigo 2º, I: “terceirização: a transferência feita pela contratante da execução de parcela de qualquer de suas atividades à contratada para que esta realize da forma prevista nesta Lei”. Já o artigo 15 diz que a responsabilidade da contratante em relação às obrigações trabalhistas e previdenciárias devida pela contratada é solidária em relação às obrigações trabalhistas.

O contexto do projeto de lei está focado na cessão de mão-de-obra intensiva, seja em empresas da cadeia produtiva do setor industrial, seja na subcontratação de pessoal para atividades fim das empresas contratantes. “Não existe menção alguma sobre a manutenção dos

FOTO: OFFICE PRESS



**DIOGO CHAMUN**

contratos de prestação de serviços nas atividades meio, como são, em 90% dos casos, às empresas representadas pelo SESCON-RS,” comentou o presidente do SESCON-RS.

Para Chamun “o projeto não atende o setor de serviços, que além de criar alto custo em sua operação, vai prejudicar milhares de micro empresas, sem um resultado prático para isso. Para o dirigente, o atual

**FLÁVIO OBINO FILHO**

modelo terceirização das atividades meio existente hoje, prestada à distância e realizada por uma equipe que ao mesmo tempo atende inúmeros outros clientes/empresas, têm sido muito eficiente para as contratantes, além do principal que é a garantia jurídica em questões trabalhistas, com risco zero para os tomadores. O ideal do projeto de lei é que se mantivesse a questão da atividade fim, para cessão de mão-de-obra, sem qualquer alteração na contratação de serviços acessórios, de atividade meio”, aconselhou. A sugestão do dirigente também tem o mesmo entendimento do advogado Flávio Obino Filho, especialista na área trabalhista: “nós teríamos que buscar uma alternativa que ficasse estabelecida que os contratos típicos de prestação de serviços, que são das atividades meio, não seriam atingidos pela lei”. Para Obino Filho, “a primeira dificuldade que encontro é a não separação do que é a empresa de serviço, com o fornecimento de mão de obra específica em relação às prestadoras de serviços

em geral”. Para estas empresas, que são tipicamente prestadoras de serviços meio, elas irão pagar um preço muito caro por uma segurança jurídica que elas já possuem. Para quem não tem esta discussão sobre a questão de segurança jurídica da atividade meio, que é a grande maioria, só cria mais burocracia e custos elevados. Para a construção civil, da área têxtil, de sapatos, plantação da laranja, de eucaliptos entre outras atividades que atuam em uma determinada cadeia produtiva, a lei poderá ser positiva.

Ela foca na indústria, sob o ponto de vista de resolver um problema da atividade fim, e foca nas empresas de mão de obra intensiva, para resolver os problemas com os trabalhadores. É um casamento do interesse da indústria para sua segurança jurídica com as empresas que representam os empregados das prestadoras de mão de obra intensiva, para que possuam maior segurança jurídica. “O casamento destes dois segmentos abrange todo o universo, mesmo os prestadores que não possuem mais de obra intensiva, que estarão sendo levados de roldão”.

## CONGRESSO NACIONAL

Após análise e votação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 4.330 está agora no Senado e irá passar por quatro comissões antes de ir a plenário: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Sociais. Só após os relatórios das comissões é que o projeto segue

para o plenário e a votação dos senadores. De acordo com o Senador Lasier Martins, que é contrário ao projeto em defesa dos trabalhadores, “no projeto de Lei (agora no Senado, como PLC 30, de 2015), a terceirização é a transferência feita pela contratante da execução de parcela de qualquer de suas atividades à contratada. Além disso, o projeto estabeleceu que a terceirização se aplique apenas às empresas privadas. Ou seja, o projeto abrange a qualquer empresa da iniciativa privada. Em suma, sou contra a terceirização no que se refere à atividade fim, mantendo, em linhas gerais, a legislação atual”. A seguir o senador pelo Rio Grande do Sul faz uma análise prévia – antes das discussões legislativas nas comissões – a partir dos questionamentos apresentados pela reportagem da Revista do SESCON-RS:

1) Como o projeto trata de questões de contratação de mão de obra intensiva (a exemplo do setor da construção civil, call centers entre outros), como ficam as empresas de prestação de serviços em geral?

O projeto determina que a contratada (isto

é, a fornecedora de mão de obra) deverá ter objeto social único, compatível com o serviço contratado, sendo permitido mais de um objeto quando este se referir a atividades que recaiam na mesma área de especialização. Isso levará à especialização das empresas de oferta de mão de obra. Em outras palavras, uma empresa de segurança não poderá oferecer serviços de limpeza.

Parece, no entanto, que, da forma como está redigido, haverá algum tipo de questionamento do limite da expressão “recaiam na mesma área de especialização”.

2) O SESCOB-RS representa 144 diferentes atividades de prestação de serviços e apenas 1 destas, de contratação de serviços temporários e call centers, estão dentro do contexto do PL 4.330. Como ficam as demais atividades, como assessoria contábil, jurídica, de auditoria, de suporte de TI entre diversas outras que possuem seus serviços regulados pelo código civil?

A princípio, todas as atividades estarão abrangidas pela Lei, que permite a terceirização de qualquer atividade da empresa contratante.



**LASIER MARTINS**

te. Por outro lado, não será possível a existência de empresas ‘guarda-chuvas’, que forneceriam serviços dos mais variados. Por exemplo, uma empresa não poderia fornecer simultaneamente serviços de vigilância, contabilidade, limpeza, etc.

Em relação, ao Código Civil, ele continua em vigor, no que tange ao contrato de prestação de serviços (art. 593 a 609), desde que não abranja serviços terceirizados.

3) O texto legislativo em debate é omissivo sobre as empresas de prestação de serviços, que envolve centenas de micro empresas, as quais são dirigidas e atuam com equipes próprias para atender seus mercados. Por que o PL 4.330 não observou que a nova regulamentação poderá causar prejuízos a centenas de empresas que não atuam em cessão de mão de obra intensiva?

Em relação ao que se chama omissão, seria preciso um caso concreto para que

se pudesse verificar em que medida a lei é inadequada. No entanto, o projeto da Câmara trata de maneira diferente o contratante e o contratado. O contratante poderá terceirizar qualquer atividade de sua empresa. Por outro lado, também deverá, salvo exceção específica, fornecer apenas um tipo de trabalhador especializado. Ou seja, uma empresa de informática só poderá fornecer trabalhadores de informática. Uma empresa de contadores só poderá fornecer trabalhadores de contabilidade.

4) Pra finalizar, o atual sistema das empresas de prestação de serviço em geral oferece segurança jurídica aos seus tomadores/clientes, pois suas equipes atuam para atender diferentes empresas, sem qualquer risco aos contratantes no quesito trabalhista. Qual é sua opinião neste sentido?

Os defensores do Projeto alegam que a responsabilidade solidária (em que o contratante é também responsável pelas obrigações trabalhistas) será benéfica para os trabalhadores. Essa característica inexistia no projeto original.

# Aumentar a TRIBUTÁRIA

■ JOÃO ELOI OLENIKE



FOTO: ASCOM/IBPT

Não é novidade que a carga tributária tem aumentando ano a ano no Brasil, sendo que em 2014, representou 35,42% do PIB, ou seja, mais de um terço do que se produz hoje no País tem como destino certo os cofres públicos. Contudo, apesar do atual cenário político-econômico vivenciado no Brasil, com queda na atividade econômica e incertezas por parte das empresas, o governo continua arrecadando em velocidade maior a cada ano.

Prova deste crescimento é que de 1º de janeiro até 9 de junho de 2015, os contribuintes brasileiros pagaram R\$900 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais, conforme aponta o incansável “Impostômetro”, ferramenta instalada em diversas capitais brasileiras para conscientizar a população brasileira da elevada carga tributária.

Neste ano, a marca foi atingida com onze dias de antecedência em relação a 2014, que por sua vez, se encerrou com arrecadação de mais de R\$ 1,9 trilhão de tributos, em valores nominais nunca atingidos na história desse País.

O sistema tributário brasileiro é altamente complexo, pois submete o contribuinte à multiincidência tributária, com a recorrência de alguns tributos em efeito cascata horizontal e vertical. Além disso, é extremamente concentrado no consumo, de onde provém mais de 70% da arrecadação geral. Desta forma, ao adquirir quaisquer produtos, seja

■ Tributarista, contador, auditor, professor de contabilidade e planejamento tributário e presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT)

# ARRECADADAÇÃO é a solução?

um pacote de arroz ou um par de sapatos, como não há distinção de tributação pelo nível de renda do cidadão, o contribuinte com menor poder aquisitivo acaba pagando, proporcionalmente, mais tributos do que o indivíduo que possui maior renda.

Isso é o que chamamos de efeito regressivo, visto que uma tributação maior aos que têm menor poder aquisitivo, causa uma distribuição de renda às avessas, transferindo o poder de compra dos mais necessitados para os mais abastados, por consequência, agravando o nosso problema social.

Em geral, o contribuinte tem sua renda, patrimônio e poder de consumo cada vez mais reduzidos, sendo que em 2014, destinou 151 dias de seu trabalho para o pagamento de tributos.

Contudo, a voracidade do governo em arrecadar não corresponde ao retorno desses recursos à população. Apesar de equiparar-se a países como Alemanha, Islândia e Reino Unido na carga tributária, o mesmo não se pode dizer dos serviços públicos prestados à população, já que, pelo quinto ano consecutivo, de acordo com o Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade – IR-BES, criado pelo IBPT, o Brasil é o País que oferece o menor retorno à população em saúde, educação, segurança, saneamento básico, conservação das estradas, e outros serviços, evidenciando que não há um investimento adequado para

melhorar a qualidade de vida da população.

Esse fato ocasiona uma situação que pode ser apontada como “tributação indireta”, ou seja, os contribuintes, principalmente da classe média, se veem obrigados, além de pagar tributos sobre o consumo, sua renda e propriedade, ainda gastar seus “parcos” recursos, em despesas com cercas elétricas e guardas coletivos, pedágio, escolas e planos de saúde particulares, entre outros gastos adicionais para compensar a ineficácia do governo em prover esses serviços.

Para as empresas, cuja tributação é bastante forte sobre o faturamento e sobre os resultados positivos, a burocracia custa cerca de R\$ 50 bilhões por ano para que possam manter-se em dia no cumprimento de quase cem obrigações acessórias, evitando multas e penalidades pela perda de prazos.

Diante deste cenário, podemos constatar que atualmente não há uma política tributária baseada na justiça social, fazendo com que cada contribuinte pague seus tributos

efetivamente de acordo com a sua real capacidade contributiva. O que temos são políticas de arrecadação tributária desempenhada por todos os governos (três esferas) se equipando, política e tecnologicamente, para aumentar cada vez mais a arrecadação visando cobrir os gastos públicos, cada vez maiores e em sua

grande maioria, não destinados à melhoria da qualidade de vida da população.

Apesar da urgência em reverter esta situação, o que vemos atualmente são as medidas de ajuste fiscal que estão sendo anunciadas pelos governos, que

---

Uma tributação maior aos que têm menor poder aquisitivo, causa uma distribuição de renda às avessas, transferindo o poder de compra dos mais necessitados para os mais abastados, por consequência, agravando o nosso problema social.

---

sinalizam a intenção de aumentar ainda mais a arrecadação tributária para equilibrar as contas públicas. No entanto, a prioridade deveria ser o corte nos gastos públicos e uma melhor aplicação dos recursos, para possibilitar a recuperação econômica. Por outro lado, caso ocorra de fato a redução dos benefícios sobre a folha de pagamento, há possibilidade de aumentos das demissões e o País poderá se aproximar cada vez mais da temida recessão econômica.

# Um marco na história da contabilidade em Santa Maria e região

O Espaço Contábil já é uma realidade para Santa Maria e região. A inauguração do local que concentra produtos e serviços destinados a empresas e profissionais contábeis contou com a presença de lideranças empresariais e autoridades. O investimento é uma ação conjunta do SESCON-RS, com o CRC-RS, o Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade de Santa Maria (Sincontec-SM) e a Associação dos Profissionais de Contabilidade de Santa Maria. O Posto de Certificação Digital do SESCON-RS já trabalha a pleno no Espaço Contábil.

Foram mais de três anos de reuniões e tratativas para a aquisição e organização do andar inteiro de prédio em área nobre de Santa Maria. De acordo com o Presidente do SESCON-RS, Diogo Chamun, a parceria inédita só foi possível, devido ao perfil da região. “A organização da classe contábil faz a diferença em Santa Maria. Uma de nossas quatro vice-presidências está aqui. Por isso ficamos muito felizes em poder ampliar o nosso processo de interiorização em uma região estratégica”, comenta.

Para o CRC-RS, a aliança é fruto de um trabalho forte de convencimento. “Provamos que essa realidade que vemos aqui não era utopia. E a partir de agora, vamos mostrar para a sociedade santamariense que ela pode vir buscar capacitação, serviços, registros e certificação digital em um espaço moderno e amplo”, afirma. O presidente do Sincontec-SM destaca a convergência



FOTO: ASCOM/SESCON-RS

**QUATRO PRESIDENTES NO DESCERRAMENTO**

de ideias. “A palavra correta nesse momento é união. Vamos atuar conjuntamente para que a necessidade de mercado seja atendida plenamente”, ressalta Alexandre Prates da Silva.

A integração também está presente no discurso do Presidente da Associação dos Profissionais: “Mesmo já possuindo sede própria, jamais questionamos a concretização do Espaço Contábil. Esse projeto representa o sentimento de pertença que todos os operadores da contabilidade de Santa Maria e região tem por sua classe. Isso sempre falará mais alto”, ratifica Wanderlei Ghilardi.

## VICE-PRESIDÊNCIA TAMBÉM É INAUGURADA

Além da inauguração do Espaço Contábil, a solenidade reservou espaço para o descerramento da placa alusiva a implementação da vice-presidência do SESCON-RS para a Região Central. “Com essa nova sede poderemos implantar a certificação digital do SESCON-RS, buscar a ampliação de nosso quadro associativo, criar o Observatório Social de Santa Maria e oferecer ainda mais cursos e capacitações para difundir

a nossa marca como entidade de classe”, comenta o vice-presidente do SESCON-RS para a Região Central, Leono Pacheco. O Espaço Contábil está localizado na Alame-



FOTO: ASCOM/SESCON-RS

**PLACA DA VICE-PRESIDÊNCIA**

da Santiago do Chile, 115, terceiro andar. Mais informações sobre as ações do SESCON-RS no local pelo mail [postosm@sescon-rs.com.br](mailto:postosm@sescon-rs.com.br) ou pelo telefone (55) 3222-5800.

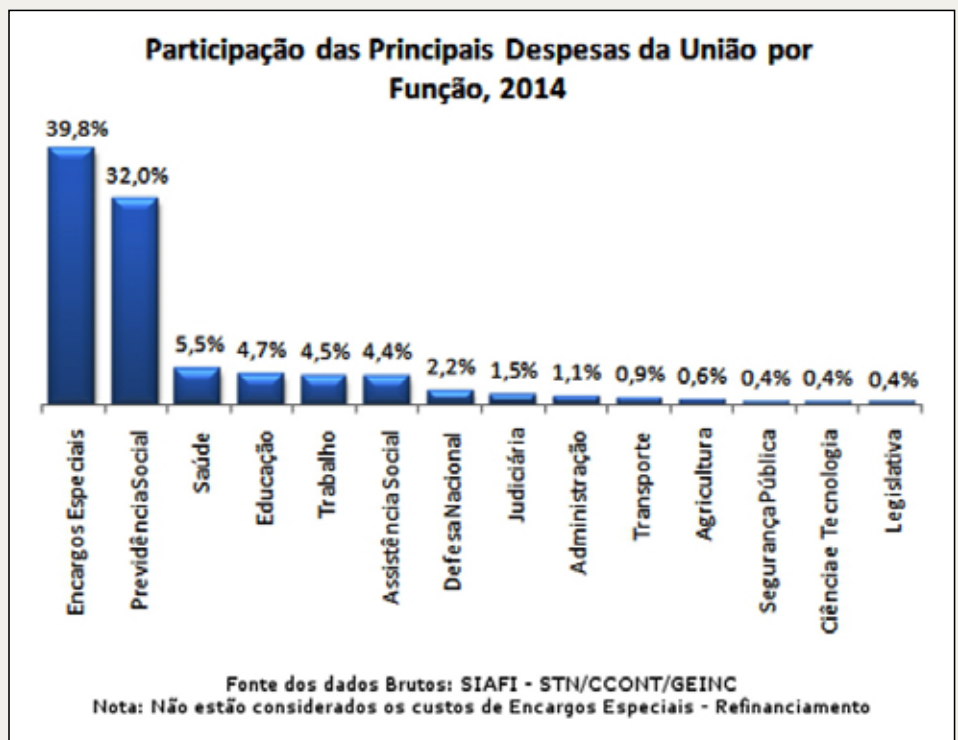
# Valor pago com dívida e encargos é o dobro do investimento em educação, saúde, trabalho e assistência social somados

Em 2014, a despesa com encargos especiais foi de R\$ 3.008,35 por brasileiro. Valor preocupante, visto que é simplesmente o dobro do que foi investido em educação, saúde, trabalho e assistência social juntos (R\$ 1.449,72). A Previdência Social também é outro problema que várias gestões não conseguiram equacionar. Em 2014, o custo com essa rubrica chegou a R\$ 2.415,72 por cidadão (ativo e inativo). Esses dados constam no relatório do Projeto Gestão Pública Eficaz, do SESCON-RS com o apoio da PUC-RS, que mapeou as despesas da União de 2000 a 2014. Somados, apenas Encargos Especiais e Previdência Social respondem por cerca de 72% das despesas anuais. Sobra pouco para investimentos em áreas fundamentais.

## INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO É SEIS VEZES MENOR

Resolver o problema da Previdência Social não está nos planos, pelo menos ao analisarmos o desempenho das últimas três gestões presidenciais. A cada presidente, a despesa com essa rubrica tem crescido. Em 2006, ele foi de R\$ 1.819,30 por habitante. Em 2010, esse valor já havia subido para R\$ 2.123,68 e em 2014 fechou com R\$ 2.415,72 por brasileiro. “Estamos falando em um custo que já é seis vezes maior do que o investido em saúde ou educação, por exemplo. Temos muito debate no parlamento, mas pouca ação que visa resolver esse problema”, comenta o Presidente do SESCON-RS, Diogo Chamun.

Para o professor de economia da



PUC-RS, Gustavo de Moraes, para solucionar essa questão deveria ser adotado um período transitório, no qual o regime de repartição migrasse para o de capitalização. “A saída passa por reformas que reconheçam a maior longevidade do brasileiro, a flexibilização da Previdência do funcionalismo público e medidas que estimulem a maior formalização da mão de obra, gerando receitas previdenciárias”, afirma.

## CORTES ANUNCIADOS FORAM INSUFICIENTES

De acordo com os analistas, o pacote de contenção anunciado pelo Go-

verno recentemente não será suficiente para atacar a crise econômica. Essa conclusão se baseia na trajetória do ano passado, que contou com excessivos gastos no setor público. A economia vai ocorrer em despesas que foram crescentes nos anos anteriores, o que não reflete necessariamente em cortes estruturais. “Não adianta pensar em geração de receita, por meio de tributos, tema que já vem sendo especulado nos Governos estaduais e Federal. Tem de se atacar com clareza e profundidade o buraco negro das despesas e estimular o desenvolvimento, por meio do fortalecimento das empresas”, enfatiza Diogo Chamun.

**DIRETORIA  
TITULARES**

**Presidente:**  
Diogo Ferri Chamun  
**Vice-Presidente:**  
José Tadeu Jacoby  
**Diretor Administrativo:**  
Valdir Ferreira Rodrigues  
**Vice-Diretor Administrativo:**  
Maria Onira Collisi  
**Diretor Financeiro:**  
Maurício Gatti  
**Vice-Diretor Financeiro:**  
Eduardo Sinigaglia  
**Diretor de Relações do Trabalho:**  
José Roberto Santos Pires  
**Diretor de Assuntos Legislativos:**  
Célio Luiz Levandovski  
**Diretor de Eventos:**  
Flávio Dondoni Jr.  
**Diretor de TI:**  
Flávio Duarte Ribeiro Jr.  
**Vice-Presidente –  
Região Taquari:**  
Jandir Dickel  
**Vice-Presidente –  
Região Central:**  
Leono Pacheco de Oliveira  
**Vice-Presidente –  
Região Vale dos Sinos:**  
Maria do Socorro da Cruz Bittencourt  
**Vice-Presidente –  
Região da Produção:**  
Gilberto Zanin de Souza

**SUPLENTES**

Celso Luft  
Marice Franchetti  
João Batista Custódio Duarte  
Lucia Elena da Motta Haas  
Paulo Ricardo Maia  
Marcelo Alexandre Vidal  
Jéssica Benetti de Oliveira  
Ana Paula Mocalin Queiroz  
Carlos Zenon Koch da Silva

**CONSELHO FISCAL**

**TITULARES**  
Rogério Costa Rockembach  
Jorge Luiz Bersch  
Joaquim Vaz Godinho

**SUPLENTES**

Tassiro Astrogildo Fracasso  
Ineva Fátima Lodi  
Alexandre Sehn

**Delegados Representantes**

junto à Fecomércio

**TITULARES**

Diogo Ferri Chamun

Jaime Gründler Sobrinho

**SUPLENTES**

Célio Luiz Levandovski

Valdir Ferreira Rodrigues

**CONSELHO EDITORIAL**

Antonio Carlos Nasi

Diogo Chamun

Flávio Dondoni Jr.

Flávio Obino Filho

Jaime Gründler Sobrinho

José Roberto Santos Pires

Jussara Corrêa

Maurício Gatti

Nelson Dutra

Valdir Ferreira Rodrigues

**Office Press**

**COMUNICAÇÃO**

**PRODUÇÃO**

**Office Press Comunicação**

Fone: (51) 3325.6061

www.officepress.com.br

office@officepress.com.br

**Editor Responsável:** Guto Moisés

(Fenaj 6543/RS)

**Revisão:** Press Revisão

**Projeto Gráfico:** PenseDesign

**Fotos:** Arquivo SESCOB-RS

e Office Press Comunicação

**CURSOS SEDE**

**[10/04] A Nova Reforma da Previdência Social e seus reflexos para 2015**, com José Alfredo do Prado Jr. A capacitação visa orientar sobre as novas regras para os benefícios sociais previstas nas Medidas Provisórias 664 e 665/2014.

**[14/04] Curso de Departamento Pessoal – Módulo I**, com Luciano Biehl. O treinamento forma e capacita para a prática das rotinas de departamento pessoal nas empresas de serviços contábeis.

**[12/05] E-Social: Escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas**, com Cláudia Bressler. O encontro discutiu entre outros assuntos, as rotinas de admissão de funcionários, a jornada de trabalho, o afastamento e as férias sob a ótica desse novo paradigma.

**[20/05] Sped Contábil com as alterações para 2015**, com Francisco Laranja. O curso visa analisar todos os procedimentos para a correta validação da ECD, por meio da composição TXT, plano de contas referencial e ajustes de escrituração.

**[21/05] Treinamento de Primeiros Socorros e Prevenção e Combate a Incêndio**, com a equipe de instrutores da LSMi. A capacitação visa preparar para atender a situação de emergências para controle de incêndios ou mesmo primeiros socorros.

**[25/05] PIS/COFINS para Supermercados e Hipermercados – Planejamento Tributário**, com Francisco Laranja. O curso visa expor e analisar a tributação de itens do comércio, base de cálculo, alíquotas, regimes cumulativos e não cumulativos, o cálculo de tributos, obrigações acessórias e rotinas da escrituração.

**[27/05] Intensivo de ICMS**, com Ademir Vanzella. A capacitação tem por objetivo atualizar para a atuação na área fiscal/contábil das empresas, focado na NFe e no regime da Substituição Tributária do ICMS.

**[08/06] Sped Contábil com as alterações para 2015**, com Francisco Laranja. O curso visa analisar todos os procedimentos para a correta validação da ECD, por meio da composição TXT, plano de contas referencial e ajustes de escrituração.

**[10/06] Sped Contábil com as alterações para 2015**, com Francisco Laranja. O curso visa analisar todos os procedimentos para a correta validação da ECD, por meio da composição TXT, plano de contas referencial e ajustes de escrituração.

**[11/06] E-Social: Escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas**, com Cláudia Bressler. O encontro discutiu entre outros assuntos, as rotinas de admissão de funcionários, a jornada de trabalho, o afastamento e as férias sob a ótica desse novo paradigma.

**[25/06] Operações e Procedimentos Fiscais de ICMS/IIPI – Com Abordagem Prática no Novo Diferencial de Alíquotas**, com Ademir Vanzella. O curso visa capacitar e atualizar os profissionais para atuação na área fiscal/contábil das empresas.

**[26/06] Alterações no Sped Fiscal para 2016: foco no Bloco K**, com Francisco Laranja. A capacitação visa atualizar sobre os registros e lançamentos no bloco K para 2016, destinado a criar na via digital o Livro Registro de Controle de Produção e Estoque.

**CURSOS INTERIOR**

**[08/04] SÃO LEOPOLDO – Intensivo Trabalhista – Rotinas de Departa-**

**mento Pessoal**, com José Alfredo do Prado Jr. O curso tem por objetivo proporcionar conhecimentos práticos e teóricos sobre a legislação trabalhista.

**[15/04] LAJEADO – Sped Contábil e ECF**, com Francisco Laranja. A capacitação visa analisar a partir da composição TXT, plano de contas referencial e ajustes da ECD, bem como o acompanhamento perante a RFB e Junta Comercial.

**[17/04] LAJEADO – E-Social: Escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas**, com Cláudia Bressler. O encontro discutiu entre outros assuntos, as rotinas de admissão de funcionários, a jornada de trabalho, o afastamento e as férias sob a ótica desse novo paradigma.

**[06/05] MONTENEGRO – Instrução Normativa 1.515 / 2014**, com João Roberto Domingues Pinto. A capacitação visa analisar a IN, que tem 188 artigos e regulamenta o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

**[15/05] SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ – Atualização em ICMS e IPI e preenchimento do Sped Fiscal abordando o Bloco K**, com Francisco Laranja. O curso visa analisar a apuração e recolhimento do ICMS e do IPI com foco no preenchimento do Sped Fiscal e análise dos principais conceitos fiscais, bases tributárias, alíquotas, bem como nas recentes alterações da legislação.

**[18/05] SÃO LEOPOLDO – Apuração do Lucro real e do Lucro Presumido e preenchimento da ECF**, com Francisco Laranja. Capacitação analisa as principais alterações em 2015, bem como compreender cada regime de apuração da IRPJ e da CSLL na prática.

**[28/05] MONTENEGRO – Intensivo de ICMS e IPI**, com Francisco Laranja. Curso capacita na apuração do ICMS e

IPI, analisando as alterações recentes.

**[09/06] MONTENEGRO – ECF – Escrituração Fiscal Contábil**, com João Roberto Domingues Pinto. A capacitação orienta, de forma prática, sobre os procedimentos para fins de preenchimento e entrega desta declaração.

**[22/06] URUGUAIANA – Sped Contábil e ECF**, com Francisco Laranja. A capacitação visa analisar a partir da composição TXT, plano de contas referencial e ajustes da ECD, bem como o acompanhamento perante a RFB e Junta Comercial.

**[29/06] SÃO LEOPOLDO – E-Social: Escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas**, com Cláudia Bressler. O encontro discutiu entre outros assuntos, as rotinas de admissão de funcionários, a jornada de trabalho, o afastamento e as férias sob a ótica desse novo paradigma.

#### SEMINÁRIOS UNIFENACON

**[09/04] Procedimentos Legais na Contratação de estagiário e Menor Aprendiz**, com José Alfredo do Prado jr.

**[16/04] EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade LTDA, A Nova Forma Jurídica**, com Braulino José dos Santos.

**[30/04] Planejamento Tributário para as Pequenas Empresas – Parte I**, com Braulino José dos Santos.

**[07/05] Planejamento Tributário para as Pequenas Empresas – Parte II**, com Braulino José dos Santos.

**[15/05] Seguro Desemprego Web**, com José Alfredo do Prado Junior.

**[21/05] Bloco K (EFD ICMS/IPI) –**

**Novo Controle da Produção e do Estoque**, com Augusto Pitz Schlesting.

**[28/05] Tudo sobre Marcas**, com Diego Bisi Almada.

**[09/06] Tudo sobre Patentes**, com Diego Bisi Almada.

**[18/06] Emissor de Cupom Fiscal Convênio ICMS 09/09**, com Ciro Crispim.

**[25/06] Escrituração Contábil Fiscal – ECF**, com Edison Remi Pinzon.

**[30/06] Emissão de Notas Fiscais no dia-a-dia**, com Nikolas Duarte.

#### COMITÊ SETORIAL SESCON-RS/PGQP

**[06/04] Como Administrar conflitos através do feedback corporativo**, com Simoni Missel. A palestra abordou as novas técnicas de feedback corporativo para administração de conflitos no trabalho.

**[04/05] Diversidade das Gerações nas Organizações**, com Eliane Botcher. A palestra analisou mercado de trabalho, as diferentes gerações, a melhor forma de liderar diferente grupos e como lidar com as diferenças.

**[01/06] A Importância de uma Equipe Qualificada para o bom atendimento ao cliente**, com Claudia Rosana Koch. A palestra trabalhou o relacionamento com o cliente, a percepção interpessoal, trabalho em equipe, estilos de liderança e a comunicação.

**[10/06] Autoconhecimento! Ferramenta de Realização Pessoal e Melhoria da Produtividade no Trabalho**, com Cíntia Huf.

# Finanças estaduais: uma crise agravada

■ DARCY FRANCISCO CARVALHO DOS SANTOS

O Estado do RS vem de uma crise fiscal histórica de mais quatro décadas. Entre 1970 e 1998, ao gastar mais do que arrecadou, durante 28 anos, formou uma dívida que se multiplicou por 27.

Ao longo do tempo, no entanto, sempre achou como financiar ou enfrentar os déficits, primeiro pelo endividamento, depois pela inflação. Com fim da inflação, vendeu bens e direitos e, com o esgotamento desses, utilizou o caixa único. Por fim, valeu-se dos depósitos judiciais, no que foi pródigo o governo que findou em 2014, ao retirar R\$ 5,7 bilhões, 73,5% dos valores sacados até então.

No atual período governamental a situação se agravou, porque foram concedidos pelo governo anterior reajustes salariais a categorias com alto peso na folha e com os maiores índices a vigorarem a partir de novembro de 2014 e com muitos deles se estendendo até novembro de 2018.

A existência dos depósitos judiciais viabilizou o pagamento das parcelas vencíveis no período do governo que as concedeu. Só que os depósitos se esgotaram e a folha de pagamento continuou crescendo em função dos reajustes salariais concedidos.

Então, foi transferido para o atual período governamental um déficit superior a 5 bilhões (15% da receita líquida), ao mesmo tempo em que foram esgotados os recursos para seu enfrentamento. A folha de pagamento foi elevada de 62% da receita líquida em 2010 para mais de 70% em 2014.

Além disso, foi zerada a margem para obtenção de novos empréstimos, que era de 15% da receita líquida em 2010.

O novo pacto para a redução da prestação da dívida, que contribuiria parcialmente para a solução do problema, está inviabilizado pela situação das finanças federais, que também é crítica.

A reforma da previdência para corrigir a preco-

FOTO: OFFICE PRESS



cidade das aposentadorias, o maior problema do Estado, precisará passar pelo Congresso Nacional.

A redução do custeio, como corte de diárias e horas extras, que está sendo feito, é insuficiente, porque o rombo é muito grande.

A medida constante a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para 2016 de fixar o aumento da folha em 3% é a principal medida que podia ser tomada no curto prazo, mas terá que ser estendida a todos os Poderes e repetida em mais anos, o que é de difícil aplicação. Para os investimentos podem ser usadas parcerias.

Como agravante, caiu o ritmo de crescimento da receita para menos de 6% nominais, quando o orçamento foi elaborado com receitas superestimadas e fictícias, que as elevavam em quase 17% sobre o realizado no ano anterior. Além disso, a folha do magistério, mesmo sem reajuste em 2015, está subestimada em R\$ 1 bilhão.

A situação é de uma gravidade tal que os prometidos planos do governador Sartori dificilmente terão o condão de evitar no curto e médio prazo a própria ingovernabilidade estadual. Rezem para que eu esteja errado!

■ Contador e economista, contemplado em três oportunidades pelo Prêmio do Tesouro Nacional



**A folha de pagamento foi elevada de 62% da receita líquida em 2010 para mais de 70% em 2014**

# Por que correr riscos?

Se você é **CONTADOR**, conheça a solução  
Alterdata consagrada em todo o Brasil  
há mais de 25 anos, preparada para  
as novas obrigações legais,  
inclusive o eSocial.



Conheça ainda a ferramenta  
ideal para a gestão de sua  
empresa contábil.





3<sup>o</sup>

Encontro  
Gaúcho  
Das Empresas  
De Serviços  
Contábeis

REALIZAÇÃO

**SESCON** RS

Entidade que representa  
as empresas de serviços do RS

Local:  
**Sogipa**  
Porto Alegre

  
**EGESCON**

Data:  
**22 e 23**  
de outubro

INFORMAÇÕES

(51) 3343,2090 | [www.sescon-rs.com.br](http://www.sescon-rs.com.br)